

Richa pretende uma convocação específica

CURITIBA — A Assembléia Nacional Constituinte deve ser convocada para a finalidade específica de elaborar a nova Constituição e dissolvida logo após; e não como propõe o projeto do Executivo, que deseja transformar os constituintes em membros do futuro Congresso. Esta é a opinião do Governador do Paraná, José Richa, para quem a nova Constituição poderá ser elaborada sob forte influência do poder econômico caso venha a ser convocada da maneira como propõe o Executivo.

— A Constituinte deve ser paralela ao Congresso e com finalidade específica, sendo dissolvida logo após a elaboração da nova Constituição. Dessa forma reduziria a influência do poder econômico, que ficaria desestimulado em investir na eleição de alguém que depois seria dispensado sem direito a assumir qualquer man-

dato legislativo — observou o Governador.

Richa acha que se a Constituinte for convocada da maneira como propõe o Executivo, muitas pessoas que poderiam dar contribuições não se candidatarão porque não desejam exercer mandatos legislativos. Acrescentou que a Constituinte, para ser convocada com finalidade específica e paralela ao Congresso, necessitaria apenas incluir um quadrado a mais na cédula de votação, nas eleições do ano que vem, sem que isso implicasse maiores dispêndios. Richa disse que na reunião dos Governadores com Sarney, quarta-feira última, decidiu-se pela criação, em todos os Estados, de comissões que recolherão sugestões dos setores da sociedade sobre a convocação e elaboração da nova Constituição. Essas comissões centralizarão as informações e re-

passarão posteriormente para a comissão incumbida pelo Executivo de preparar a convocação da Constituinte.

No caso específico do Paraná, o Governador observou que os debates sobre a Constituinte vêm sendo promovidos há mais de dois anos, inclusive nas escolas, com a implantação mais recentemente do programa "Constituição e Educação" pela Secretaria de Educação.

Richa afirmou ontem que a liberação de Cr\$ 5 trilhões aos Estados, como antecipação da reforma tributária, não foi exigência feita pelos Governadores em troca do apoio político ao Presidente Sarney. Disse que os Governadores em nenhum momento fizeram esta exigência, salientando que a decisão anunciada pelo Presidente faz parte das medidas já previstas para solucionar os problemas econômicos e sociais do país.